

Áreas Protegidas no Nível dos Governos Locais

Apoiando os municípios no Brasil, Colômbia, Equador e Peru para a conservação da biodiversidade

O Desafio

Brasil, Colômbia, Equador e Peru detêm uma diversidade biológica de importância global. A vontade política dos quatro países de conservar tal biodiversidade é notável pela ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), bem como pela criação e gestão de áreas protegidas. Os quatro países conservam entre 10% e 25% de seus territórios em áreas protegidas.

Como parte de um sistema abrangente, as áreas protegidas e outras medidas de conservação dos governos locais contribuem para conectar habitats naturais, protegendo-os de forma sustentável.

Muitas vezes, a contribuição dos governos locais para a conservação da biodiversidade tem pouca visibilidade. Os recursos financeiros que dispõem são limitados. Raramente as iniciativas são integradas nos processos de planejamento e estratégias de desenvolvimento territorial. Além disso, falta compreensão e conhecimento sobre a importância das áreas protegidas e medidas de conservação para o desenvolvimento sustentável local. Isso vale especialmente para a disponibilização de serviços ecossistêmicos, como o abastecimento de água potável, espaço para lazer e proteção contra catástrofes naturais causadas pelas mudanças do clima.

Objetivo

Os governos locais no Brasil, Colômbia, Equador e Peru dispõem de melhores condições para conservar a biodiversidade pela gestão efetiva e equitativa de áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas.

Nossa Abordagem

O projeto é executado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*. Os parceiros de implementação são o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, uma associação mundial de governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável, e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma organização internacional não governamental que é composta por organizações da sociedade civil e também de

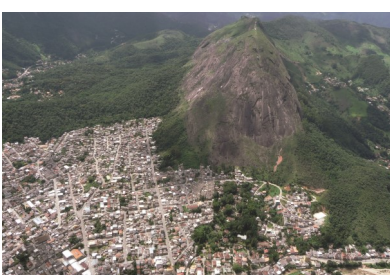
Nome do projeto	Áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas no nível dos governos locais
Por encargo do	Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha
Parceiros de execução	União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
Países	Brasil, Colômbia, Equador e Peru
Agência executora	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Parceiros políticos	Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil, Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS) da Colômbia, Ministério do Ambiente (MAE) do Equador e Ministério do Ambiente (MINAM) do Peru
Volume	6,7 milhões de euros, incluindo 2 milhões de euros em contribuições dos parceiros
Duração	12/2016 até 11/2020

governos. Os parceiros políticos são os ministérios do meio ambiente dos países participantes. Nos quatro países, o projeto atua em estreita colaboração com os governos locais e suas associações e redes, como, por exemplo, a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) no Brasil.

As ações do projeto baseiam-se em iniciativas existentes e têm como foco:

- **Fortalecer capacidades dos governos locais**

Lições aprendidas, bem como instrumentos de gestão e financiamento existentes são sistematizados e usados para elaborar, adaptar e implementar ferramentas de treinamento adequadas para os atores dos governos locais.



A gestão efetiva de áreas protegidas locais e outras medidas de conservação constitui uma valiosa contribuição para assegurar serviços ecossistêmicos, como água, lazer e proteção contra desastres naturais.



À esquerda: A troca de experiências entre os países é parte fundamental do projeto.

À direita: Parque Metropolitano Pituçu, em Salvador (BA).

● Fortalecer e consolidar o papel dos governos locais na conservação da biodiversidade dentro de marco legal e institucional

Com base em análise das condições institucionais, são desenvolvidas recomendações políticas para que representantes dos governos municipais e suas associações participem ativamente nos grupos de trabalho nacionais e, assim, atuem no planejamento e na implementação das ações do projeto.

● Comunicar os desafios e benefícios das áreas protegidas locais e de outras medidas de conservação

As medidas de conservação dos governos locais são divulgadas para os grupos-alvo. As lições aprendidas são divulgadas em eventos nacionais e internacionais e disseminadas em fóruns técnicos relevantes.

Impactos

● A primeira Conferência Regional sobre a situação das áreas protegidas locais nos quatro países, realizada em maio de 2017, em São Paulo (SP), promoveu o intercâmbio de experiências entre os participantes para além das fronteiras dos quatro países. Em trabalho conjunto, foram acordadas as primeiras ações estratégicas do projeto em articulação com os respectivos órgãos ministeriais de meio ambiente;

● No Brasil, o foco do projeto é a integração das unidades de conservação municipais no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Isso possibilita aos municípios um acesso a instrumentos de financiamento, como o pagamento de compensações. Até o final de 2017, apenas 149 dos 5.570 municípios do Brasil tinham registrado suas unidades de conservação no SNUC;

● No Equador, existiam dois sistemas subnacionais de áreas protegidas no fim de 2017. Outros sistemas devem ser criados. O grupo de trabalho nacional equatoriano apoiou a elaboração de marcos regulatórios para áreas protegidas locais e outras medidas de conservação no novo *Código Orgânico de Ambiente*;

● Na Colômbia, o grupo de trabalho nacional elabora com representantes dos governos locais contribuições para um projeto de lei que prevê o reconhecimento das chamadas “estratégias complementares de conservação”. É a primeira vez que governos locais são incluídos no diálogo para a concepção dos sistemas regionais de áreas protegidas;

● No Peru, as modalidades de conservação baseadas em áreas são sistematizadas para que os municípios possam utilizá-los como parte do planejamento territorial sustentável. O trabalho visa reconhecer as modalidades através de instrumentos de financiamento nacional;

● As experiências dos quatro países frente às chamadas “outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas” são encaminhadas pela força-tarefa da Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA) da UICN para as discussões da CBD sobre sistematização e reconhecimento.

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70711-902, Brasília-DF T +55 61 2101 2170 giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasil	Parceiros	Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria de Biodiversidade (SBio) Departamento de Áreas Protegidas (DAP) SEPN 505 – W3 Norte – Bloco B 70.730-542 – Brasília/DF – Brasil www.mma.gov.br
Responsável	Jens Brüggemann		UICN/IUCN - Brasil SCLN 210 Bloco C Sala205 70.862-530 Brasília, DF Tel: +55-61-3547-2588 www.iucn.org
			ICLEI SAMS - Brasil Rua Marquês de Itu, 70 - 14º andar Vila Buarque 01223-903, São Paulo, SP, Brasil www.iclei.org/sams
Data	Maio de 2018	Por encargo do	Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha
		Endereços	BMU Bonn Robert-Schuman-Platz 3 53175 Bonn, Alemanha T +49 (0) 228 99 305-0 F +49 (0) 228 99 305-3225 poststelle@bmu.bund.de
			BMU Berlin Stresemannstraße 128 - 130 10117 Berlin, Alemanha T +49 (0)30 18 305-0 F +49 (0)30 18 305-4375 www.bmu.de